

# O ESCALÃO CORPO DE EXÉRCITO: UMA PROPOSTA PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Coronel Alessandro Visacro

O Coronel de Infantaria Visacro é oficial de ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos Estados Unidos da América, localizado em Fort Leavenworth, Kansas. Foi declarado aspirante a oficial, em 1991, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Foi oficial no 29º Batalhão de Infantaria Blindado, sediado em Santa Maria-RS e no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, no Rio de Janeiro-RJ. Participou do 17º Contingente Brasileiro da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Foi Comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais e do 1º Batalhão de Forças Especiais, além de Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Especiais, em Goiânia-GO (visacro@gmail.com).



Atendendo a uma proposta oriunda do Comando de Operações Terrestres (COTER), o Estado-Maior do Exército aprovou, em março de 2019, “a utilização do escalão Corpo de Exército (C Ex) para fins doutrinários”. A decisão do Órgão de Direção Geral foi subsidiada por um parecer do Centro de Doutrina e visa à continuidade dos estudos, que têm por objetivo a futura criação dessa estrutura organizacional no âmbito do Exército Brasileiro.

As discussões iniciais sobre o tema foram motivadas pela possível existência de lacunas de ordem prática entre a concepção de Força Terrestre Componente (FTC), conforme preconizada na doutrina de emprego conjunto das Forças Armadas, e os desafios inerentes à sua efetiva implementação. A matéria tornou-se objeto de um seminário realizado em julho de 2018 e, por conseguinte, o intenso debate que se seguiu proporcionou os argumentos utilizados em defesa da criação do C Ex.

Dentre as ideias postuladas, destaca-se a necessidade de estruturar a FTC a partir de um escalão preexistente na Força Terrestre. Afinal, o emprego minimamente coordenado de tropas

requer recursos tangíveis para a gestão integrada das funções de combate; articulação dos meios em profundidade; disponibilidade de diferentes elementos de apoio ao combate e apoio logístico; além de capacidade objetiva de comando e controle. De fato, não é prudente acreditar que, após a irrupção de uma grave crise, tudo isso possa ser simplesmente reunido, de forma empírica, em estruturas *ad hoc*.

Quando a FTC é constituída apenas por tropas valor subunidade, unidade ou grande unidade, não existem óbices significativos, pois seu comando recai, naturalmente, sobre o quartel-general de uma brigada ou divisão de exército. Entretanto, desde a supressão do escalão “exército de campanha”, há mais de uma década, inexistente um comando, na Força Terrestre, apto a enquadrar múltiplas divisões em operações de combate de maior envergadura, especialmente, se levarmos em consideração que, em diferentes hipóteses de emprego, os Comandos Militares de Área constituem a base do comando conjunto do Teatro de Operações.

Assim, o Comando de Operações Terrestres, por meio do seu Centro de Doutrina, identificou a necessidade e propôs a criação de um escalão que possua condições de empregar simultaneamente mais de uma divisão. Decerto, a intenção por trás dessa iniciativa é tornar factível, sob quaisquer circunstâncias, o uso do componente terrestre do Teatro de Operações na plenitude de seus requisitos e capacidades. A opção pelo “corpo de exército” decorreu, sobretudo, da consagrada tendência de buscar o alinhamento conceitual com exércitos de países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Com o intuito de contribuir para as discussões em curso, o presente artigo sugere o esboço de uma estrutura organizacional para C Ex, passível de ser adotada pelo Exército Brasileiro, segundo a natureza e a dinâmica dos conflitos atuais. Para tanto, o trabalho oferece uma análise sumária, desde a criação do *corps d'armée*, no início do século XIX, até o seu emprego em campanhas recentes. O texto não se propõe, apenas, a reproduzir modelos preexistentes. Ao contrário, adota uma perspectiva crítica destinada a proporcionar coerência entre possíveis ilações doutrinárias e as reais exigências das guerras pós-industriais.

**A análise e a resolução de questões estritamente militares pressupõem racionalidade objetiva e baseia-se, em tese, em um modelo de decomposição linear estruturado em etapas (isto é, cartesiano).**

**QUAL SOLUÇÃO PARA QUAL PROBLEMA?**

A análise e a resolução de questões estritamente militares pressupõem racionalidade objetiva e baseia-se, em tese, em um modelo de decomposição linear estruturado em etapas (isto é, cartesiano). A metodologia empregada gera um conjunto específico de opções ou linhas de ação viáveis, sendo útil para a análise de problemas sustentados por premissas de racionalidade técnica. Porém, tais processos cognitivos revelam-se imperfeitos diante de questões que demonstrem alta volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade.

Albert Einstein afirmou que “se tivesse uma hora para resolver um problema e [sua] vida dependesse dessa solução, passaria 55 minutos definindo a pergunta certa a se fazer” (ABRANTES, 2013). Dificilmente, agimos dessa forma. Como discípulos inconscientes de Frederick Taylor

e Henry Ford, somos mais propensos à imediata aplicação dos rígidos processos para os quais fomos “mecanicamente” treinados, em detrimento de um estudo crítico mais abrangente de toda a problemática. Por conseguinte, apresentamos a tendência de não levar verdadeiramente em conta a natureza peculiar de cada problema e o contexto dentro do qual está inserido, oferecendo sempre o mesmo tipo de resposta, ainda que a façamos com diferentes roupagens.

A mera análise, *stricto sensu*, da organização dos meios destinados à aplicação do poder militar terrestre encontrar-se-á desprovida de sentido, se não for considerado o conjunto

mais amplo de circunstâncias que tendem a definir a conflitualidade nas sociedades pós-modernas, sob pena de construirmos a solução ideal para um problema inexistente ou irrelevante. Para ilustrar tal fato, o General Stanley Allen McChrystal, do Exército dos Estados Unidos, recorreu ao exemplo do magnífico complexo defensivo idealizado pelo ministro da guerra francês, André Maginot, na década de 1930. Destinada a impedir uma ofensiva alemã sobre a região da Alsácia-Lorena, a Linha Maginot foi uma sofisticada obra de engenharia de fortificação, que atendeu rigorosamente a seu propósito. Porém, ao ressuscitarem a guerra de movimento, os alemães alteraram substancialmente a natureza do problema que o Exército Francês tinha diante de si, fazendo da Linha Maginot “a solução certa para o problema errado”.

É recomendável, portanto, que adotemos uma abordagem holística, ao tratarmos da criação de uma estrutura

tão robusta como é o C Ex. Para tanto, devemos inserir no debate questões como:

➤ A leitura do ambiente de conflito retrata a realidade ou possui lacunas de interpretação?

➤ Quais ameaças (reais e potenciais) se antepõem à consecução dos objetivos políticos nacionais em curto, médio e longo prazo?

➤ Como essas ameaças convergem, interagem e se potencializam?

➤ Qual a natureza do conflito que provavelmente travaremos?

➤ A política do Estado demanda quais estratégias do poder militar?

➤ A estratégia militar atende objetivamente a qual política de Estado?

➤ Quão amplo deve ser o conjunto de capacidades disponíveis nas Forças Armadas?

➤ Visamos à composição de capacidades para dissuadir quem de fazer o quê?

➤ A solução pretendida no nível tático amplia ou reduz a flexibilidade nos níveis político e estratégico?

A análise de tais questões transcende o escopo deste breve artigo. Afinal, elas constituem dilemas com os quais forças armadas de todo o planeta defrontam-se na atualidade. Convém, entretanto, chamar a atenção para os conceitos de *guerra híbrida* e *zona cinza*, pois ambos fundamentarão ideias subsequentes.

Segundo o coronel Paulo Cesar Leal, do Exército Brasileiro, a guerra híbrida emprega uma ampla gama de recursos, combinando ferramentas de guerra convencional e não convencional, a saber: forças regulares e irregulares, forças especiais, apoio a manifestações locais, guerra de informação, diplomacia, ataques cibernéticos e guerra econômica. De acordo com Hal Brands, o “conflito na zona cinza é

uma atividade coercitiva e agressiva por natureza, mas deliberadamente concebida para permanecer abaixo dos limites de um conflito militar convencional” (ARQUILLA, 2018, p. 121). Ou seja, “a Zona Cinza caracteriza-se por uma intensa competição política, econômica, informacional e militar, mais acirrada que a diplomacia tradicional, porém inferior à guerra convencional”.

Segundo John Troxell, “a guerra de informação, guerra cibernética e a competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo” (Troxell, 2018, p. 24). O que temos, de fato, é o tradicional exercício da *realpolitik* [1] com um portfólio mais diversificado de meios, maior alcance e, talvez, menos amarras morais.

A figura 1 ilustra uma dinâmica de conflito marcada pela frenética atuação de atores estatais e não estatais que, a despeito de crescente autonomia, subordinam-se a lógicas de convergência e hibridização. Tem-se uma enorme multiplicidade de meios (militares e não militares) empregados na condução da guerra, onde as ações nos campos político, econômico e psicossocial sobrepõem-se a esforços no campo militar.

Destaca-se, ainda, a ascendência das dimensões humana e, principalmente, informacional sobre o tradicional confronto no domínio físico. Tamanha complexidade impõe a adoção de uma concepção sistêmica e multidimensional de segurança, que transcenda o arraigado paradigma vestfaliano de defesa nacional *stricto sensu*. Portanto, qualquer solução relacionada à aplicação do poder militar terrestre deve levar em conta essa realidade.



Figura 1 – Guerra Híbrida e Conflito na Zona Cinza

### COMO SURTIU O ESCALÃO CORPO DE EXÉRCITO?

Ciosos de seus poderes, os monarcas europeus alarmaram-se diante da prisão de Luís XVI, em 1791. Afinal, os ideais libertários propugnados pelos revolucionários franceses ameaçavam romper a ordem estabelecida, alastrando-se por todo o continente. Com o intuito de impedir o avanço transformador da democracia e refrear o ímpeto das massas, os reis decidiram empreender guerra contra a França.

A jovem república amargava desordem política, convulsão social, precariedade do tesouro público, desorganização do exército e fervor revolucionário. Sem mais opções, o conturbado governo em Paris apelou a seus cidadãos para a defesa da pátria. O “povo em armas”, reunido de forma improvisada e apaixonada, representava a antítese dos

exércitos daquela época, os quais dispunham de uma oficialidade oriunda da nobreza e um corpo de tropa semipermanente. Além disso, os reis faziam largo uso de mercenários para solucionarem suas querelas políticas, promovendo guerras limitadas em sua amplitude e propósito.

A inconclusiva Batalha de Valmy, travada no dia 20 de setembro de 1792, entre franceses e prussianos, tornou-se o marco histórico da conscrição em massa. No ano seguinte, o governo revolucionário em Paris decretou a mobilização compulsória de meio milhão de “cidadãos-soldados”, permitindo o ressurgimento da “horda armada em bases nacionais” e criando as condições necessárias para o renascimento da guerra total. Desse contexto, emergiu o gênio avassalador de Napoleão Bonaparte. De acordo com o proeminente John Frederick Charles Fuller:

A conscrição modificou as bases da guerra. Até então, os soldados tinham custado caro; agora eram baratos; as batalhas tinham sido evitadas; agora eram procuradas, e, embora as perdas fossem pesadas, os claros podiam ser rapidamente recompletados mediante editais de convocação. Sem a conscrição, a política de conquista de Napoleão teria sido impossível (FULLER, J.F.C., p. 25).

Segundo o General inglês Rupert Smith, a conscrição em massa permitia a Napoleão repor perdas significativas de homens em combate, mas isso, por si só, não lhe teria sido suficiente. “A diferença foi a conscrição como reflexo de um novo Estado, a conscrição de cidadãos e patriotas, pois significou a mobilização de todo o Estado e do seu aparelho [para fins estritamente militares]”.

Dispondo de grandes exércitos em termos numéricos, Napoleão, também, viu-se diante de novos problemas. A questão logística que envolvia o abastecimento de enormes contingentes tornou-se um desafio particular. Por outro lado, o fato de lutar contra coalizões de países, em mais de uma frente, transformou o fator tempo em um elemento crucial de suas campanhas. Ademais, sendo, simultaneamente, general e estadista, e tão bom estrategista quanto comandante tático, Bonaparte compreendia muito bem o valor de linhas de ação que lhe proporcionassem flexibilidade.

A fim de atender a essas três condicionantes, ele criou o *corps d'armée*. Ou seja, uma formação tática organizada por tarefa; composta por tropas de infantaria, cavalaria e artilharia; dotada de relativa liberdade de ação, poder de combate e autonomia logística. O corpo napoleônico reunia um número variável de divisões e brigadas sob comando único, perfazendo um total aproximado de 25 a 30 mil homens. Ao contrário de seus oponentes, que moviam e empregavam seus exércitos como uma entidade única, Napoleão desdobrava suas forças, de forma descentralizada, valendo-se de diferentes eixos de aproximação. As vantagens que a nova estrutura lhe proporcionava eram inúmeras:

➤ **Sustentabilidade** – um imenso exército proveniente do inovador sistema de conscrição em massa jamais poderia avançar, por uma única estrada, sem contar com uma enorme cauda logística a lhe prover os meios necessários à sua subsistência. Porém, com o exército fracionado em corpos que se movimentavam por diferentes eixos, as demandas relativas ao suprimento de ração e forragem eram parcialmente atendidas mediante requisição, diminuindo o número de trens que seguiam à retaguarda da tropa.

➤ **Apoio mútuo** – os corpos distavam entre si não mais do que 80 km, ou seja, 24 horas de marcha forçada. Embora contassem com poder de combate suficiente para conduzir operações com certa independência, os corpos se mantinham relativamente próximos para fins de apoio mútuo.

➤ **Rapidez** – com uma estrutura logística “mais enxuta” à sua retaguarda, o corpo de exército apresentava maior velocidade de deslocamento. Napoleão atribuía enorme importância ao fator tempo e, de fato, em diferentes ocasiões, esse foi o elemento determinante de sua vitória, como na Batalha de Jena-Auerstädt, em 1806, por exemplo. O Imperador desdenhava da lentidão dos alemães e, sobretudo, dos austríacos. Para ele, a maior virtude de um soldado estava em sua aptidão para marchar, não em sua capacidade combativa, propriamente dita. A estrutura corpo de exército lhe permitia explorar ao máximo a velocidade na guerra. Sua premissa básica era “marchar separado e lutar concentrado”, o que atendia ao princípio da massa, auferindo-lhe superioridade relativa no local e no momento decisivo.

➤ **Flexibilidade** – a organização por tarefa proporcionava enorme flexibilidade a Napoleão, que configurava seus corpos de acordo com as especificidades de cada missão. Ademais, a maior descentralização de forças lhe possibilitava identificar e explorar oportunidades fugazes, facultando-lhe um conjunto mais diversificado de opções táticas, como, por exemplo, redefinir o esforço principal, alterar a forma de manobra, mudar a direção do ataque, escolher o exato local do confronto etc.

➤ **Surpresa** – a rapidez com que o exército napoleônico movimentava-se, bem como o repertório de opções táticas decorrente do desdobramento de vários corpos contribuía, de forma objetiva, para que seus inimigos fossem fustigados pela incerteza e, não raro, surpreendidos pelo brilhantismo das manobras do general francês.

À frente de seu exército de “cidadãos-soldados”, Bonaparte foi o artífice do renascimento da guerra total, na primeira metade do século XIX. Com a incorporação da tecnologia advinda da Revolução Industrial, nas décadas seguintes, os conflitos armados alcançaram proporções inimagináveis. Durante as duas conflagrações mundiais (1914-18 e 1939-45), os “corpos de exército”, legados das Guerras Napoleônicas, mantiveram-se subordinados aos tradicionais “exércitos de campanha”. Estes, por sua vez, foram reunidos em gigantescos “grupos de exércitos”. Incontáveis episódios denotam a importância do C Ex nas operações de combate convencional de maior envergadura. Apenas a título de ilustração, podemos citar:

➤ a memorável atuação do *Australian and New Zealand Army Corps*, durante o desembarque na península de Gallipoli, em 1915;

➤ o invulgar desempenho do *Deutsches Afrikakorps* e seu comandante, Erwin Rommel, no norte da África, em 1941-42;

➤ o papel exercido pelos XVIII Corpo Aeroterrestre norte-americano, I Corpo Aeroterrestre e XXX Corpo britânicos, além do II Corpo Panzer SS alemão, durante a malfadada Operação *Market-Garden*, em setembro de 1944, na Holanda; e

➤ a luta desesperada do I Corpo Panzer SS, em 1944-45, na Normandia (em Caen e Falaise), nas Ardenas e na Batalha do Lago Balaton.

Dessa forma, o C Ex não se consagrou, apenas, como mero escalão de comando responsável pelo emprego coordenado de um número variável de divisões de exército (usualmente, não mais que cinco). Na verdade, ele é, em sua essência, uma formação tática versátil destinada às operações de combate

convencional em larga escala – ainda que “as divisões sejam [de fato] o principal instrumento com o qual os corpos cumpram a sua missão”.

Durante a campanha de libertação do Kuwait, em fevereiro de 1991, por exemplo, o Exército dos Estados Unidos empregou dois C Ex em uma manobra de desbordamento simples. O VII Corpo (blindado), sob o comando do General Frederick Franks, foi encarregado do esforço principal. Sua missão era destruir as divisões que compunham a Guarda Republicana de Saddam Hussein. O XVIII Corpo Aeroterrestre, sob o comando do General Gary Luck, foi empregado como uma força de cobertura no flanco esquerdo de Franks, em condições de apoiá-lo em face de qualquer eventualidade. Ambos os corpos subordinavam-se ao Exército do Comando Central (*ARCENT*, na sigla em inglês), isto é, ao componente terrestre do Teatro de Operações do Oriente Médio.

Com quatro divisões blindadas e uma divisão de infantaria blindada, o VII Corpo perfazia um total de 146 mil militares; 1.600 carros de combate; 1.050 veículos blindados de combate de infantaria; 33 mil caminhões reboques e outras viaturas sobre rodas; 800 peças de artilharia; e 600 helicópteros, dos quais 223 eram aeronaves de ataque. A fulminante ofensiva norte-americana durou apenas 100 horas. Nesse período, o VII Corpo apresentou um consumo diário aproximado de seis toneladas de munição, 21,2 milhões de litros de combustível e 12,5 milhões de litros de água; sendo responsável, ao final da campanha, pela destruição de mais de dez divisões inimigas, incluindo 3.900 viaturas blindadas e 1.400 peças de artilharia [2].

Em 2003, o C Ex foi novamente empregado na região desértica do Golfo Pérsico. Como existiam operações em curso no Afeganistão, o *ARCENT* atribuiu ao General David McKiernan, comandante do III Exército, a responsabilidade pelas operações terrestres relativas à invasão do Iraque. McKiernan contava com o V Corpo de Exército e a 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais. O V Corpo, encarregado do avanço pela margem ocidental do rio Eufrates,

era constituído pela 3ª Divisão de Infantaria, 173ª Brigada Aeroterrestre, além de elementos da 101ª Divisão de Assalto Aéreo, 82ª Divisão Aeroterrestre e 4ª Divisão de Infantaria.

Entretanto, os anos que se seguiram à queda de Bagdá foram marcados por longas e frustrantes campanhas de contrainsurgência. A luta contra organizações *jihadistas*, no Afeganistão e no Iraque, apresentou um perfil notadamente distinto das esmagadoras ofensivas realizadas no contexto das operações de combate em larga escala, que o exército norte-americano havia experimentado em 1991 e 2003. Tais circunstâncias exigiram um novo papel para o escalão C Ex. A arquitetura de comando e controle adotada pode ser resumida da seguinte forma:

➤ o Oriente Médio (nele incluído o Afeganistão) delineava o Teatro de Operações, área geográfica permanentemente designada ao Comando Central dos Estados Unidos (*US CENTCOM*, na sigla em inglês);

➤ como comando conjunto do Teatro de Operações, o *CENTCOM* definiu duas áreas de operações, correspondentes aos dois países ocupados (Afeganistão e Iraque);

➤ para cada área de operações foi designada uma força conjunta multinacional *ad hoc*, cujo componente terrestre, grosso modo, era atribuído a um comando de C Ex; e

➤ por conseguinte, o “exército do teatro” (*ARCENT*) não atuou como FTC.

Nesse contexto, o C Ex foi praticamente desprovido de suas funções táticas, uma vez que, em virtude das peculiaridades de ambas as campanhas de contrainsurgência, o protagonismo foi exercido pelas brigadas de combate e seus escalões subordinados. O C Ex somente resgatou sua importância no nível tático durante a batalha pela reconquista da

cidade de Mossul, travada entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, quando divisões iraquianas apoiadas por seus parceiros de coalizão derrotaram uma força de aproximadamente dez mil jihadistas do Estado Islâmico.

O C Ex pode ser considerado o mais versátil dos escalões acima do nível brigada. Entretanto, convém destacar que, originalmente, ele não foi concebido para ser um escalão dotado de plena autonomia. Ao contrário, seu emprego como peça de manobra pressupunha a ação coordenada de dois ou mais corpos, dentro do mesmo espaço geográfico e como parte de uma mesma campanha.

Por vezes, a designação do comando responsável pelo emprego simultâneo de várias divisões de exército não passa de uma mera questão de nomenclatura. Durante a Intifada de Al-Aqsa, em 2002, por exemplo, as Forças de Defesa de Israel desencadearam a Operação *Defensive Shield*, na Cisjordânia. O Comando Central foi responsável pelas divisões que incursionaram nas cidades de Jenin, Tulkarm, Qalqiliya, Nablus, Ramala e

Belém; enquanto o Comando Sul monitorava a Faixa de Gaza e o Comando Norte guarnecia as fronteiras com a Síria e o Líbano.

As brigadas constituem o elemento básico de emprego do exército israelense. Elas fazem parte de divisões, mas, para as operações, podem se subordinar a qualquer comando divisionário, dependendo das necessidades da missão. As brigadas israelenses são de três tipos: blindada, de infantaria mecanizada e paraquedista. Brigadas de infantaria mecanizada e paraquedista foram empregadas na Operação *Defensive Shield*. Elementos blindados, de engenharia, forças de operações especiais e helicópteros de ataque da Força

**Desde sua origem nas Guerras Napoleônicas, o C Ex foi concebido para possuir a organização por tarefas. Entretanto, a capacidade de exercer os três papéis supracitados denota enorme flexibilidade. Decerto, cada contexto irá requerer ajustes, sobretudo, na composição do Estado-Maior com o acréscimo de efetivos oriundos de outras forças singulares, agências governamentais e países aliados.**

Aérea apoiaram as brigadas de infantaria. Cada um dos principais objetivos da operação (ou seja, as cidades) foi designado para um quartel-general divisionário e aquela divisão comandava várias brigadas e os elementos de apoio, durante o investimento sobre cada localidade (DIMARCO, p. 172).

Em 2006, o Comando Norte israelense foi responsável pelo emprego de três divisões na malsucedida ofensiva contra o Hezbollah, no sul do Líbano. Em agosto de 2008, na guerra contra a Geórgia, o 58º Exército russo avançou sobre a região da Ossétia do Sul, enquadrando quatro divisões, além dos elementos de apoio, sem dispor de C Ex.

Por fim, cabe ressaltar que a mera interposição de um escalão de comando na estrutura hierárquica organizacional, quando isso não se faz necessário, tende a burocratizar, ainda mais, o processo de tomada de decisões, impedindo ações ágeis e oportunas. Pouco antes da Guerra dos Seis Dias, por exemplo, o General israelense Shaikhe Gavishe manifestou enorme satisfação diante das mudanças promovidas pelo comandante do Exército Egípcio: “ele criou cinco novos níveis de comando com gente que nunca lutou! Nós estaremos a meio caminho [do canal] de Suez antes de eles conseguirem aprovar uma única ordem”.

## **PAPÉIS DESEMPENHADOS PELO COMANDO DO CORPO DE EXÉRCITO**

Do estudo acima, é possível inferir três papéis principais, passíveis de serem atribuídos ao comando de um C Ex, a saber:

**1. Escalão tático nas operações de combate em larga escala** – trata-se da missão primária do C Ex, qual seja: enquadrar duas ou mais divisões em operações de combate de maior envergadura. Nesse caso, o comando do C Ex subordina-se a um exército de campanha ou ao componente terrestre de um comando conjunto. É, também, o papel usualmente atribuído a um corpo expedicionário integrante de uma força multinacional.

**2. Comando da Força Terrestre Componente** – nessa situação, o C Ex

subordina-se diretamente a um comando conjunto, abdicando da maior parte de suas atribuições táticas. Como FTC, o C Ex “se torna a ponte entre os níveis operacional e tático”. Sua missão precípua é moldar o ambiente. Isto é, combinar ações cinéticas e não cinéticas, nas dimensões física, humana e informacional, a fim de atingir o estado final desejado, no qual a suspensão das hostilidades criará um conjunto de circunstâncias favoráveis à solução negociada do conflito e, sobretudo, estabelecerá os fundamentos de uma paz estável e duradoura. Em termos práticos, o C Ex traduz os objetivos operacionais em ações táticas, encarregando os comandos divisionários de executá-las. Ao mesmo tempo em que provê o apoio requerido por suas divisões na corrente fase da campanha, o comando do corpo gera as condições adequadas para o êxito tático na fase subsequente. Em outras palavras: o judicioso faseamento da campanha é imprescindível para que a FTC retenha e explore a iniciativa, pois permite que as divisões dediquem-se à consecução dos objetivos táticos estabelecidos para a fase em curso, enquanto o comando do C Ex mantém-se focado nos objetivos operacionais da próxima fase.

**3. Estrutura base de um comando conjunto** – eventualmente, o C Ex pode ser a organização a partir da qual se estrutura uma força conjunta, combinada e/ou interagências. Esse recurso é adequado a situações de contingência e respostas a crises que exijam a aplicação imediata e oportuna, porém limitada do poder militar.

Desde sua origem nas Guerras Napoleônicas, o C Ex foi concebido para possuir a organização por tarefas. Entretanto, a capacidade de exercer os três papéis supracitados denota enorme flexibilidade. Decerto, cada contexto irá requerer ajustes, sobretudo, na composição do Estado-Maior com o acréscimo de efetivos oriundos de outras forças singulares, agências governamentais e países aliados. Porém, seu núcleo estrutural permanecerá, essencialmente, o mesmo.

## ORGANIZAÇÃO DO CORPO DE EXÉRCITO (UMA PROPOSTA)

Apresentaremos, a seguir, uma configuração do comando e do Estado-Maior de C Ex baseada em duas premissas – ambas relativas à natureza dos conflitos do século XXI, quais sejam: (1) a necessidade de manejar problemas complexos, em ambientes regidos por atividade hipercaótica; e (2) a preponderância do domínio informacional sobre a dimensão física do campo de batalha.

Nos dias de hoje, o volume, o alcance e a velocidade da transmissão de dados, além de promoverem a virtual abolição do tempo e da distância, contribuem para o “achatamento” dos níveis decisórios, fazendo com que aspectos políticos, estratégicos e táticos encontrem-se, espacial e cronologicamente, sobrepostos. Ademais, a multiplicidade de causas, atores e métodos de conflito exige maior alcance e ritmo operacional. Tudo isso requer organizações mais ágeis, adaptáveis e capazes de desenvolver compreensão holística. Para tanto, precisamos daquilo que o General Stanley McChrystal chamou de “interação fluida” dentro e entre estados-maiores. Isto é, o desenvolvimento de culturas organizacionais que favoreçam a dinâmica de relações horizontais e transversais, tanto quanto as tradicionais funções verticalmente hierarquizadas.

É inegável que a revolução digital tem proporcionado a produção, o processamento e a difusão de dados em uma escala sem precedentes. Entretanto, o volume de informações gerado, a partir de diferentes sensores, não corresponde necessariamente ao conhecimento útil. Isto é, informação precisa e oportuna para o usuário mais apto a transformá-la em ações concretas e eficazes.

Tal fato dá-se, basicamente, por dois motivos: primeiro, pela ortodoxia e rigidez das análises de inteligência. Afinal, de nada serve um volume considerável de dados, se todo conhecimento está sujeito a interpretações ancoradas em pressupostos antiquados. Segundo, pela segregação do conhecimento decorrente do excesso de medidas de contrainteligência, as quais, quase sempre, impõem um ritmo de difusão muito inferior ao curso dos acontecimentos.

Ao tratar de sua experiência, durante as guerras no Iraque e no Afeganistão, o General McChrystal afirmou:

Nós mudamos a ideia de informação: ao invés de “conhecimento é poder”, para uma concepção na qual “compartilhar [o conhecimento] é poder”. Isso foi uma mudança fundamental – não foram novas táticas, nem novas armas, nem nada mais. Era a ideia de que nós, agora, fazíamos parte de uma equipe na qual informação tornara-se a conexão essencial, entre nós, e não um obstáculo entre nós (McCHRISTAL, 2017).

Devemos admitir, também, a ascendência da dimensão informacional sobre a dimensão física. Ao contrário das tradicionais formas de beligerância, cujos resultados finais eram obtidos, via de regra, pela fricção de forças na batalha de atrito; nas guerras pós-industriais, a vitória tem sido alcançada basicamente no ambiente informacional, de acordo com a percepção da opinião pública acerca dos fatos e dos pormenores que os cercam. De acordo com Wilson Blythe e Luke Calhoun (2019), “acabaram-se os dias nos quais o sucesso da campanha podia ser obtido somente por meio das tradicionais operações de combate. As vitórias, nos campos de batalha físicos do século XXI, serão fugazes, a menos que sejam atreladas a uma campanha de operações de informação integrada”.

Nada deve nos levar a subestimar a importância da aplicação do poderio bélico convencional para obtermos resultados decisivos. Entretanto, precisamos reconhecer que as usuais “ações táticas de efeito cinético na dimensão física” só terão utilidade na medida em que forem orientadas para a consecução de uma meta psicológica que possa ser amplamente explorada e potencializada pela propaganda, nos níveis político e estratégico, fazendo parte de um contexto informacional mais amplo. Assim sendo, torna-se imprescindível agregar valor psicológico às ações em força típicas dos combates convencionais. Caso contrário, tais ações mostrar-se-ão contraproducentes e, portanto, desnecessárias. “Vencer a guerra, por meio de operações de informação, antes de travar a batalha, tornar-se-á um imperativo; e as forças terrestres precisarão contribuir

para manipular a percepção na dimensão cognitiva como elemento fundamental das operações militares” (US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND, 2019).

O atual Chefe do Estado-Maior Geral russo, General Valery Gerasimov, tem atribuído enorme importância às operações de informação no contexto da guerra híbrida. Segundo David Beskow e Kathleen Carley:

Recentemente vista através das lentes da guerra híbrida, a guerra da informação está se tornando um fim em si mesma. Dmitry Kiselev, coordenador da agência estatal russa de notícias internacionais, afirmou que “as guerras de informação são os principais tipos de guerra”. A informação é usada para fortalecer sua narrativa enquanto ataca, destrói, distorce e divide a sociedade, cultura e valores de outros competidores estatais e outras organizações. Pelo enfraquecimento da confiança nas instituições nacionais, ruptura do consenso em torno dos valores nacionais e comprometimento desses valores através da comunidade internacional, um ator pode vencer a próxima guerra antes da irrupção dos confrontos. De fato, refletindo a mudança de uma era de conflitos periódicos para a competição permanente, oficiais superiores do Estado-Maior Geral russo afirmaram: “a guerra não foi declarada, mas ela já começou”. A informação está se fortalecendo como um elemento do poder nacional (BESKOW, 2019).

A figura 2 permite identificar graficamente o quão limitadas tornam-se as ações táticas de efeito cinético na dimensão física, caso elas estejam dissociadas de todo o espectro de conflitualidade. Tomemos como exemplo uma ação que tenha por objetivo, tão somente, a degradação do poder de combate de uma força regular oponente. Ela apresentaria um perfil linear desprovido de uma perspectiva espacial mais profunda, pois estaria restrita ao eixo horizontal do quadrante de meios militares. Ou seja, sem uma visão sistêmica mais ampla, qualquer esforço, ainda que imprescindível, tende a tornar-se pífio.

Dessa forma, os comandantes e seus estados-maiores devem, impositivamente, adotar uma abordagem menos ortodoxa, levando em conta ameaças híbridas provenientes de atores estatais e não estatais em múltiplos domínios, bem como a interdependência e complementaridade, entre meios militares e não militares, para a consecução de objetivos políticos, estratégicos, operacionais e, até mesmo, táticos. A luta deve ser travada, simultaneamente, nas dimensões física, humana e, sobretudo, informacional.

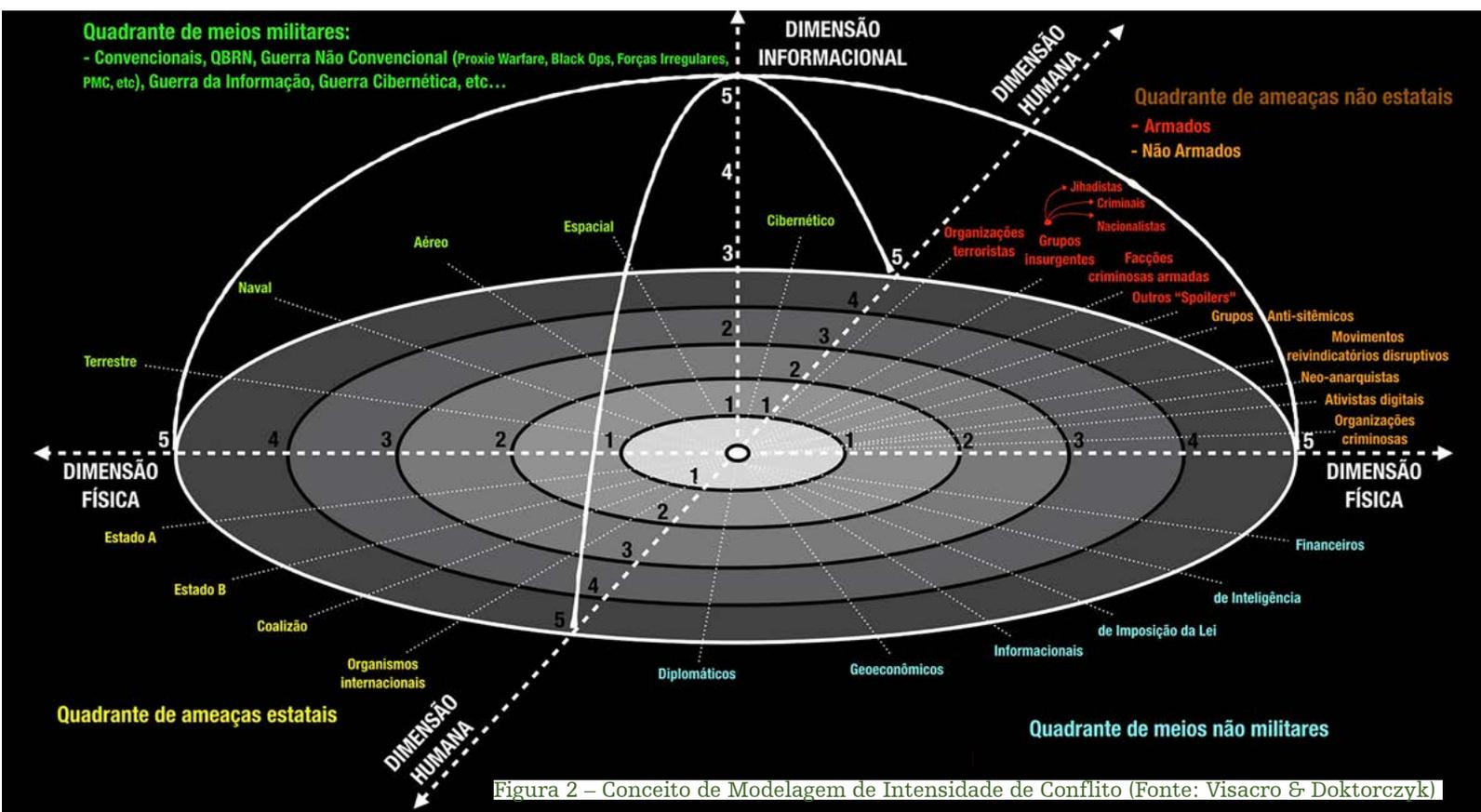


Figura 2 – Conceito de Modelagem de Intensidade de Conflito (Fonte: Visacro & Doktorczyk)

Decerto, os exércitos continuarão fazendo uso da força letal – não raro, aplicando enorme capacidade destrutiva. Porém, se almejam alcançar a vitória nos campos de batalha do século XXI, deverão fazê-lo, de acordo com um novo conjunto de propósitos. Trata-se de uma redefinição do foco, transpondo-o do “cinético físico” para o “estratégico informacional”. Em termos práticos, isso representa o deslocamento do tradicional protagonismo exercido pela seção de operações, no âmbito do Estado-Maior, para a célula de informações. Temos, portanto, uma significativa mudança paradigmática, difícil de entender e, ainda mais difícil de executar. Um dos principais óbices está em reconhecer que as operações de informação vão muito além da mera perspectiva que cada Capacidade Relativa à Informação (CRI) pode oferecer isoladamente. A existência de um “centro de fusão”, encarregado de integrar, alinhar e sincronizar as ações cinéticas e não cinéticas, nas dimensões física, humana e informacional, pode contribuir sobremaneira para equacionar esse problema, proporcionando efetividade e nexos à campanha nos níveis operacional e tático.

A figura 3 representa um estado-maior organizado com o propósito de atender a essa nova realidade. Afinal, não devemos reproduzir, de forma impensada, modelos anacrônicos pela simples incapacidade de reinterpretar as mudanças do ambiente operacional. Há que se preservar a coerência com os desafios geopolíticos contemporâneos,

o contexto histórico vivido pela humanidade e as idiossincrasias da nossa própria cultura.

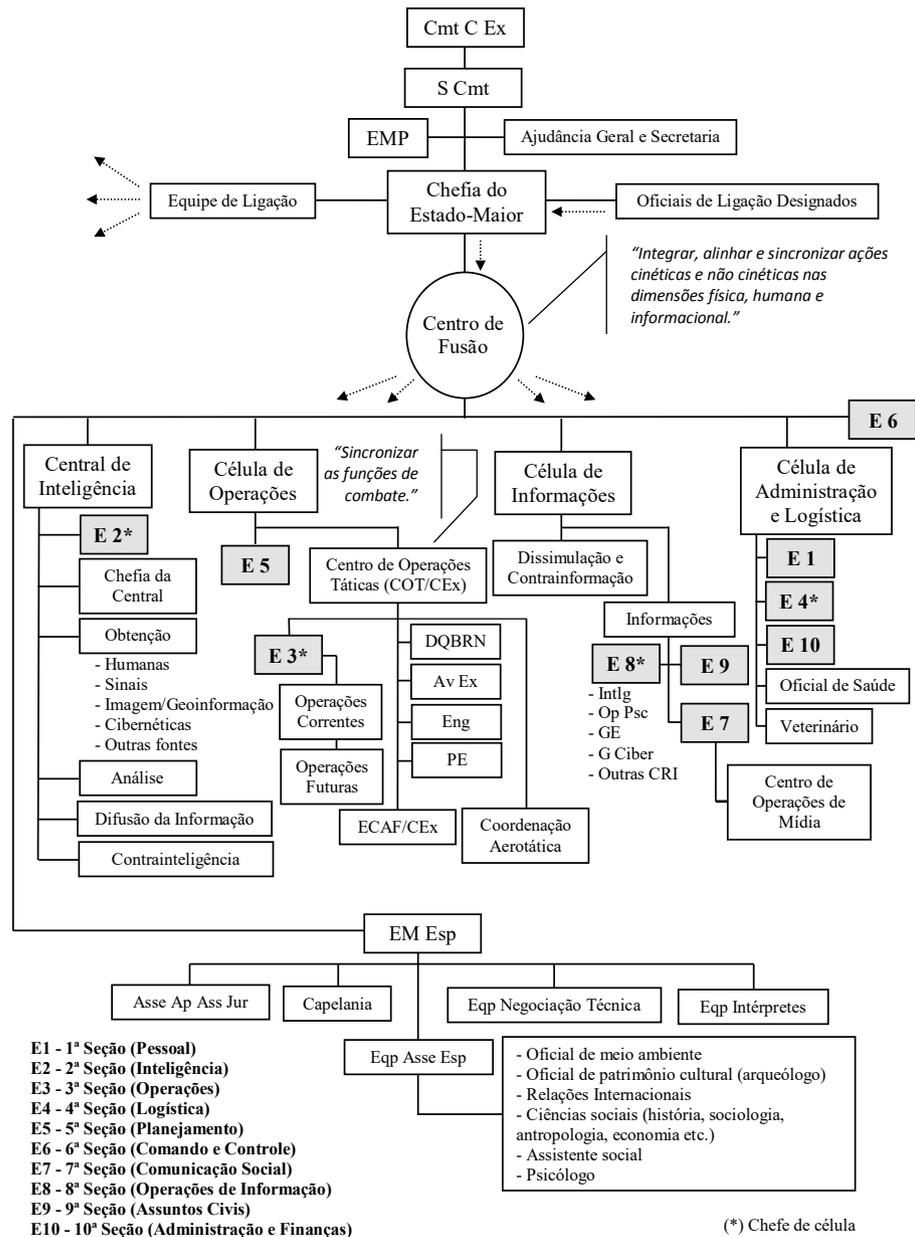


Figura 3 – Proposta de organização do Estado-Maior do C Ex

O advento do escalão C Ex, no âmbito do Exército Brasileiro, pode contribuir significativamente para o incremento da capacidade operativa da Força Terrestre, desde que se apoie em uma visão sistêmica de segurança e defesa. Embora os estudos doutrinários sobre o assunto estejam apenas se iniciando, recomenda-se que eles se revistam de absoluto pragmatismo e

coerência, sob pena de perderem a utilidade concreta e tornarem-se meras abstrações. A figura 4 apresenta um esboço de C Ex, minimamente, compatível com a realidade nacional.

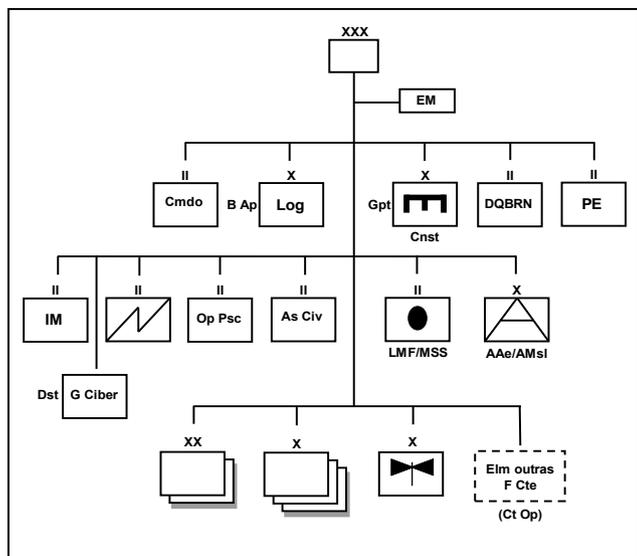


Figura 4 – Estrutura organizacional do C Ex (proposta para fins doutrinários)

A presente organização deve ser percebida, sobretudo, em decorrência da reunião de capacidades. O valor da tropa é secundário. A composição multitarefa, definida de acordo com a missão, visa a proporcionar flexibilidade em todo o espectro das operações conjuntas, combinadas e interagências. Algumas dessas capacidades, hoje, simplesmente inexistem, no âmbito do Exército Brasileiro; outras, ainda, encontram-se em fase de desenvolvimento. Entretanto, elas precisam ser levadas em consideração para fins de estudos doutrinários, em virtude da extrema importância que o combate moderno lhes confere, como é o caso, por exemplo, da defesa antimíssil e da acurácia de fogos indiretos para engajar com extrema precisão alvos a longa distância.

Além de exigir uma clara definição em termos de relações de comando e adjudicação dos meios, a inserção do escalão C Ex, na estrutura de emprego da Força Terrestre deve induzir a uma

possível reavaliação do papel atribuído aos Comandos Militares de Área. O cerne do problema encontra-se, uma vez mais, nas diversas formas de conflito e na natureza das ameaças predominantes no século XXI, que demandam um esforço persistente e ininterrupto para moldar o ambiente nos níveis político, estratégico e operacional.

O entendimento de que a aplicação do poder militar se restringe a um quadro de beligerância claro e formalmente reconhecido faz parte do passado. Nos dias de hoje, há uma significativa variação do nível de intensidade do uso da força, desde campanhas de grande envergadura e uso massivo do poderio bélico até o emprego de tropas em ações subsidiárias de apoio a agências civis, operações de informação, utilização de *proxies* etc. Sem dúvida, o eventual agravamento de uma crise pode levar a uma mobilização expressiva de meios e à execução de operações de combate em larga escala. Entretanto, o vasto conjunto de atividades destinadas a moldar o ambiente tem caráter perene. Talvez, seja sensato repensar o papel do Comando Militar de Área e, em última análise, do comando conjunto nesse contexto de engajamento estratégico e operacional contínuo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais, as operações militares exigirão uma rápida e permanente integração de capacidades interforças, em múltiplos domínios e no ambiente informacional. Embora tenhamos avançado significativamente, ao longo das duas últimas décadas, a cultura conjunta dentro das Forças Armadas brasileiras ainda está em seu estágio inicial de desenvolvimento. Espera-se que a criação do escalão C Ex possa contribuir, de forma objetiva, para um conceito refinado de FTC, assegurando que o poder militar terrestre esteja em condições de ser utilizado, sempre que necessário, na plenitude de seus requisitos e possibilidades.

Todavia, há que se ter cautela quando discussões eminentemente táticas e técnicas têm lugar sem uma clara orientação política e estratégica. Em um mundo no qual a guerra vem sendo travada, por meio de toda sorte de recursos e não, apenas, pelas tradicionais formas de beligerância, faz-se necessária uma visão mais ampla e menos ortodoxa das questões ligadas à segurança e à defesa. Precisamos de uma concepção de C Ex adequada aos complexos campos de batalha do século XXI e não às campanhas do século XIX. Ou seja, devemos ser capazes de realizar rápida transição, entre conflitos, que apresentem níveis variáveis de intensidade, combatendo em um ou mais Teatros de Operações simultaneamente.

Além disso, precisamos estar aptos a derrotar ameaças híbridas provenientes de atores estatais e não estatais, lutando com a mesma proficiência nas dimensões física, humana e informacional.

Embora estejamos em uma era marcada pela hiperconectividade e interdependência, não podemos abrir mão de uma perspectiva autóctone. A busca por práticas e modelos consagrados em outros exércitos, que nos sirvam de referência conceitual, é perfeitamente lícita. A imponderada incorporação de preceitos teórico-doutrinários, não. Afinal, a história tem sido impiedosa com exércitos que se apoiam em correntes de pensamento dissonantes da realidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Talita. **5 Frases Geniais Sobre Criatividade para Seguir Ainda Hoje**, Exame (site), 26 jun. 2013. Disponível em: <<https://beatriziolanda.com/?p=4229>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- ARNOLD, Thomas D. e FIORE, Nicolas. **Five Operational Lessons from the Battle for Mossul**, Military Review 99, nº 1, edição em língua inglesa (January-February 2019).
- ARQUILLA, John. **Perils of the Gray Zone**, Prism 7, no. 3 (2018).
- BALZAC, Honoré De. **Napoleão: Máximas e Pensamento**, Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 1995.
- BESKOW, David e CARLEY, Kathleen M. **Social Cybersecurity: an Emerging National Security Requirement**, Military Review 99, nº 2, edição em língua inglesa (March-April 2019).
- BLYTHE, Wilson C. e CALHOUN, Luke T. **How We Win the Competition for Influence**, Military Review 99, nº 3, edição em língua inglesa (May-June 2019).
- CENTER OF MILITARY HISTORY. **War in the Persian Gulf: Operations Desert Shield and Desert Storm, August 1990-March 1991**, publicação nº 70-117-1. Disponível em <<http://history.army.mil/bookshelves/resmat/ds.html>>
- COHEN, Ariel e HAMILTON, Robert E. **The Russian Military and the Georgia War: Lessons and Implications**, US Army War College, Strategic Studies Institute, 2011. Disponível em: <<https://ssi.armywarcollege.edu/pdf/files/pub1069.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.
- COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES. CENTRO DE DOCTRINA DO EXÉRCITO. **Parecer Doutrinário nº 03/2018 – C Dou Ex/COTER**, de 23/08/2018, Brasília, 2018.
- \_\_\_\_\_. Manual de Campanha EB70-MC-10.346. **Planejamento de Fogos**. Brasília, DF, 3ª Edição, 2017.
- DEPARTMENT OF THE ARMY. ATP 3-92. **Corps Operations**. Washington, DC, abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. Field Manual 3-0. **Operations**. Washington, DC, 2017.
- \_\_\_\_\_. Field Manual 3-94. **Theater Army, Corps and Division Operations**. Washington, DC, 2014.
- DIMARCO, Louis A. **Concrete Hell: Urban Warfare from Stalingrad to Iraq**. New York, USA: Osprey, 2012.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Manual de Campanha EB20-MC-10.301. **A Força Terrestre Componente nas Operações**. Brasília, DF, 1ª Edição, 2014.
- \_\_\_\_\_. Portaria 085-EME de 27/03/2019 - **Utilização do escalão Corpo de Exército (C Ex) para fins doutrinários**, publicada no Boletim do Exército nº 15 de 12/04/2019, p. 20 e 21. Brasília, 2019.
- FRANKS Jr., Frederick M. **Battle Command**. Palestra proferida para os alunos do Command and General Staff College, Forte Leavenworth, Kansas, em 7 feb. 2019.
- FULLER, J.F.C. **A Conduta da Guerra de 1789 aos Nossos Dias**, Rio de Janeiro, RJ: Bibliex, 1966.
- HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- JOINT CHIEFS OF STAFF. **Joint Operating Environment 2035: the Joint Force in a Contested and Disordered World**, Washington, DC, jul. 2016.

KEEGAN, John. **A Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro, RJ: Bibliex, 2003.

KOBER, Avi. **The Israel Defense Forces in the Second Lebanon War: Why the Poor Performance?** *Journal of Strategic Studies*, V. 31, n° 1, feb. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402390701785211>>. Acesso em: 17 maio 2019.

LEAL, Paulo César Leal. **A Guerra Híbrida. Doutrina Militar Terrestre em Revista**, [S.I.], v. 4, n. 9, p. 10, 4 jan. 2016. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/722>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

McCHRYSTAL, Stanley A. **O Caso Militar do Compartilhamento de Inteligência**. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/stanley\\_mcchrystal\\_the\\_military\\_case\\_for\\_sharing\\_knowledge](https://www.ted.com/talks/stanley_mcchrystal_the_military_case_for_sharing_knowledge)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

\_\_\_\_\_ **Team of Teams: new rules of engagement for a complex world**, New York, USA: Portfolio/Penguin, 2015.

\_\_\_\_\_ **View from the Top**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=GgrQYS-q5f4>>. Acesso em: 11 maio 2019.

OREN, Michael B. **Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

SCHUBERT, Frank N. e KRAUS Theresa L. **Tempestade do Deserto: Operações da Guerra do Golfo**. Rio de Janeiro, RJ: Bibliex, 1998.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno**. Lisboa: Edições 70, 2008.

SWAIN, Richard M. **Lucky War: Third Army in Desert Storm**. Disponível em <<http://history.army.mil/bookshelves/resmat/ds.html>>

TROXELL, John F. **Geoeconomia**, *Military Review* 73, no 3, Edição Brasileira (Terceiro Trimestre 2018).

US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND. TRADOC G-2. **The Operational Environment and the Changing Character of Future Warfare**. Fort Eutis, Virginia. Disponível em: <<https://community.apan.org/wg/tradoc-g2/ace-threats-integration/m/documents/266218>>. Acesso em: 19 maio 2019.

\_\_\_\_\_ **The US Army in Multi-Domain Operations 2028**, Pamphlet 525-3-1, Fort Eutis, Virginia (December 2018). Disponível em: <<https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**, São Paulo, SP: Contexto, 2018.

\_\_\_\_\_ **Fazendo as Coisas Certas: Segurança e Defesa do Estado Moderno**, Escola Superior de Guerra, Cadernos de Estudos Estratégicos, n° 1/2019. Disponível em: <<https://www.esg.br/publi/cadernos>>. Acesso em: 8 abril 2019.

\_\_\_\_\_ **Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala: como o Exército dos EUA pretende lutar e Vencer as Próximas Guerras**, *Military Review* 74, n° 1, Edição Brasileira (Primeiro Trimestre 2019).

VOTEL, Joseph L.; CLEVELAND, Charles T.; CONNETT, Charles T.; IRWIN, Will. **Unconventional Warfare in the Gray Zone**, *JFQ* 80, (1st Quarter 2016).

WILLIAMS, Blair S. **Heuristics and Biases in Military Decision Making**, *Military Review* v. XC, n° 5, edição em língua inglesa (set.-out. 2010).

## NOTAS

[1] *Realpolitik* (em alemão política realística) refere-se à política ou à diplomacia baseada, principalmente, em considerações práticas em detrimento de noções ideológicas.

[2] Os dados logísticos constantes do slide n° 38 da referida apresentação foram confrontados com as informações disponíveis na publicação n° 70-117-1 do Center of Military History (CMH), intitulada *War in the Persian Gulf: Operations Desert Shield and Desert Storm, August 1990-March 1991* (Pág 41), disponível em <<http://history.army.mil/bookshelves/resmat/ds.html>>. De acordo com essa publicação, o VII Corpo possuía um número superior a 48.500 veículos e aeronaves, incluindo 223 helicópteros de ataque, 669 peças de artilharia, 1.587 carros de combate, além de 1.502 viaturas *Bradley* e outras VBTP. O consumo diário do C Ex foi de 6,075 toneladas de munição, 5,6 milhões de galões de combustível e 3,3 milhões de galões de água (01 galão norte-americano equivale a 3,7854 litros). Segundo Richard M. Swain, em *Lucky War: Third Army in Desert Storm* (disponível no mesmo site), apêndice A, Pág 349, o VII Corpo possuía um efetivo de 142.661 militares. Acesso em: 16 mai. 2019.

